



PARINTINS

CÂMARA MUNICIPAL



PARECER TÉCNICO DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO Nº 022/2024-CI/CMP

ORIGEM: PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 019/2024-CL/CMP

PROCEDIMENTO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024-CL/CMP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2024-CL/CMP
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 009/2024-CL/CMP

INTERESSADO: H F PICAÑO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 10.669.402/0001-37

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FRETAMENTO DE EMBARCAÇÕES TIPO LANCHA RÁPIDA E BARCO REGIONAL, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS.

EMENTA: 1. DO RELATÓRIO, 2. DA ANÁLISE PRELIMINAR, 3. DA MODALIDADE ADOTADA, 4. DA ANÁLISE PROCEDIMENTAL, 5. DA PUBLICAÇÃO E PRAZOS, 6. DO JULGAMENTO, 7. DOS FATOS, 8. DA CONCLUSÃO.

1. DO RELATÓRIO

- 1.1. No cumprimento das atribuições estabelecidas nos Art. 31 e 74 da Constituição Federal, em concordância com as atribuições atípicas do cargo de Controlador Interno da Câmara Municipal de Parintins disponibilizadas na Lei Complementar nº 010/2011-CMP e alterada pela Lei Complementar nº 025/2019-PGMP, e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício do controle prévio e concomitante dos atos de gestão e, visando orientar o Administrador Público, e ainda considerando, finalmente, a necessidade de disciplinar a composição dos processos de prestação de contas anual deste poder Legislativo Municipal.
- 1.2. Apontam a esta Controladoria Legislativa o Processo Administrativo Licitatório nº 019/2024-CL/CMP, na modalidade Pregão Eletrônico nº 009/2024-CL/CMP, em cujo despacho requer análise e parecer técnico acerca dos atos realizados pela Pregoeira e equipe de Apoio da Comissão de Licitação, que versa sobre o "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FRETAMENTO DE EMBARCAÇÕES TIPO LANCHA RÁPIDA E BARCO REGIONAL, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS", constantes no Termo de Referência e seus anexos.

2. DA ANÁLISE PRELIMINAR

- 2.1. Antes de adentrarmos ao mérito do presente parecer, importante frisar que a condução da análise técnica é vinculada à atividade prevista na Constituição Federal em seu artigo 74 no qual prevê as atribuições do Controle Interno perante a Administração Pública,

DOCUMENTO DATADO AUTOMATICAMENTE: PARINTINS/AM, 23.08.2024 - 12:21:27 - DIELOSON CANTO BRELAZ - CONTROLADOR INTERNO



bem como sua responsabilidade. Cabe aos responsáveis pelo Controle Interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União e/ou respectivo Tribunal de Contas que forem vinculados.

- 2.2. A Controladoria Interna tem sua legalidade, atribuições e responsabilidades entabulada no artigo 74 da Constituição Federal, *in verbis*:

“Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

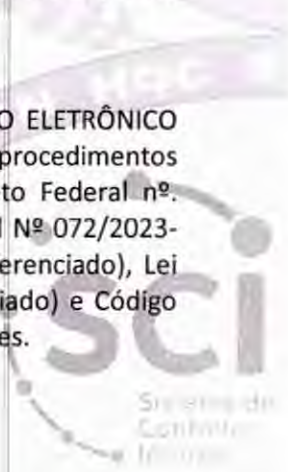
§2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.”

- 2.3. Neste sentido cabe a ressalva quando a responsabilização solidária do responsável pelo Controle Interno. Tal responsabilidade só ocorrerá em casos de conhecimento da ilegalidade ou irregularidade e dela não informar tais atos ao Tribunal de Contas no qual é vinculado, ferindo assim sua atribuição de apoiar o Controle externo. Importante também destacar que o Controlador Interno não é o ordenador de despesas e que tal atribuição se restringe ao gestor.

3. DA MODALIDADE ADOTADA

- 3.1. A modalidade adotada no processo licitatório foi a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO para SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, devendo observar as normas e procedimentos contidos nos termos previstos nas Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 3.555/2000, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP, Lei Complementar nº 004/2008-PGMP (institui o tratamento diferenciado), Lei Complementar nº 007/2010-PGMP (regulamenta o tratamento diferenciado) e Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078/1990, e demais normas pertinentes.

4. DA ANÁLISE PROCEDIMENTAL





PARINTINS

CAMARA MUNICIPAL



DOCUMENTO DATADO AUTOMATICAMENTE: PARINTINS/AM, 23.08.2024 - 12:21:27 - DIELSON CANTO BRELAZ - CONTROLADOR INTERNO

- 4.1. Em exame, quanto aos atos procedimentais na fase interna e externa verificou-se que:
- Foi adotada a FORMA ELETRÔNICA para o processo administrativo licitatório de acordo com o estabelecido no Artigo 12º, inciso VI da Lei Federal nº 14.133/2021;
 - Foi certificado a existência do TERMO DE ABERTURA do processo, devidamente autuado, protocolado e numerado;
 - Foi certificado a existência das PORTARIAS que designa Agente de Contratação, Pregoeiro Titular e membros da equipe de apoio para atuarem nas diversas modalidades de licitações, de acordo com o estabelecido no Artigo 8º, em consonância com o § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, e de acordo com o Decreto Nº 11.246, de 27 de outubro de 2022;
 - Foi certificado a existência da SOLICITAÇÃO da Secretaria Administrativa através do Memorando nº 019/2024-SEAD/CMP datado de 02 de julho de 2024;
 - Foi certificado a existência do DESPACHO PRÉVIO do Senhor Presidente, autorizando a abertura do processo administrativo licitatório e sua tramitação nos setores competentes, e acordo com o estabelecido nos Artigos 12º e 18º da Lei Federal nº 14.133/2021 em consonância com o Artigo 7º do Decreto Federal nº 3.555/2000;
 - Foi certificado a existência do sistema informatizado, de gerenciamento centralizado e com indicação de preços, destinado a permitir a padronização de itens a serem adquiridos pela Administração Pública e que estarão disponíveis para a licitação, contemplado no **CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO - CEP**, de acordo com o estabelecido no Artigo 6º, inciso LI, Artigo 19º, incisos II, V, § 2º, XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e sua publicação no **PORTAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**, no link <https://www.cmparintins.com.br/>;
 - Foi certificado a existência do **DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDAS – DFD**, de acordo com estabelecido no Artigo 12º, inciso VII, e Art. 21, incisos I do Decreto Federal nº 3.555/2000;
 - Foi certificado que o objeto da contratação, durante a análise e inspeção processual por essa controladoria, está contemplado no **PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL – PCA**, de acordo com o estabelecido no Artigo 12º, inciso VII, § 1º, Artigos 18º, inciso XI, alínea II, Artigo 40º da Lei Federal nº 14.133/2021 e sua publicação, deverá constar, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) de acordo com o Artigo 174º, §2º, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021 e no **PORTAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**, <https://transparenciamunicipalaam.org.br/p/parintins-camara/t/procedimentos-licitatorios>;
 - Foi certificado a existência do **ORÇAMENTO ESTIMADO**, a pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, apresentada justificativa da escolha desses fornecedores, com as composições dos preços utilizados para sua formação, a pesquisa através do painel de preços e/ou banco de preços e a **PLANILHA DE COTAÇÃO DE PREÇOS – PESQUISA DE MERCADO**, como referência ao preço médio praticado no mercado local, de acordo com o estabelecido



PARINTINS

CAMARA MUNICIPAL



no Artigo 18º, inciso IV, Artigo 23º, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, em consonância com o Artigo 26 do Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP;

- j) Solicitação ao setor envolvido quanto à **MEMÓRIA DE CÁLCULO DO CONSUMO** do objeto a ser licitado.
- k) Resposta do setor envolvido quanto à **MEMÓRIA DE CÁLCULO DO CONSUMO** do objeto a ser licitado.
- l) Foi certificada a existência do documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução, contemplado no **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP**, de acordo com o estabelecido no Artigo 6º, inciso XX, Artigo 18º, incisos I e XI, § 1º, XIII, § 2º e 3º, Artigo 21º e Artigo 25º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- m) Foi certificado a existência da **ANÁLISE DOS RISCOS** que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual, de acordo com o estabelecido no Artigo 18º, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021 em consonância com o Artigo 8º, §1º, do Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP;
- n) Foi certificada a existência do **TERMO DE REFERÊNCIA** e seus devidos anexos, aprovado pela presidência, de acordo com o estabelecido no Artigo 6º, inciso XXIII, Artigo 40º, § 1º, alíneas I, II e III, Artigo 41º, Artigo 72º, inciso I, e Art. 21, incisos I e II do Decreto Federal nº 3.555/2000;
- o) Foi certificada a existência do Memorando da Secretaria Financeira informando os recursos destinados na **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, de acordo com o estabelecido no Artigo 18º, da Lei Federal nº 14.133/2021 em consonância com o Artigo 21, inciso IV do Decreto Federal nº 3.555/2000;
- p) Foi certificada a existência do memorando da Comissão de Licitação enviando os autos e os documentos da fase preparatória, sendo à **MINUTA DO EDITAL** e seus Anexos para análise e emissão do Parecer Jurídico Prévio, de acordo com o estabelecido no caput do Artigo 25º e Artigo 53º, da Lei Federal nº 14.133/2021 em consonância com o Artigos 17º e 18º, do Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP e Art. 21, inciso IX, do Decreto Federal nº 3.555/2000;
- q) Foi certificada a existência do **PARECER JURÍDICO PRÉVIO Nº 024/2024-AJ/CMP**, datado de **25 de julho de 2024**, dando ciência que foram analisadas as minutas do Edital e seus Anexos, e Minuta do Termo Contratual, quanto as suas legalidades previstas em Lei, de acordo com o estabelecido no Artigo 25º e Artigo 53º, da Lei Federal nº 14.133/2021, em consonância com o Artigos 17º e 18º, do Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP e Art. 21, inciso IX, do Decreto Federal nº 3.555/2000;
- r) Foi certificada a existência do **DESPACHO** da Secretaria Administrativa retomando a instrução processual à Presidência, se assim entender conveniente, autorizar o pleito e tramitação dos autos aos demais setores para as providências legais cabíveis;

DOCUMENTO DATADO AUTOMATICAMENTE: PARINTINS/AM. 23.08.2024 - 12:21:27 - DIELSON CANTO BRELAZ - CONTROLADOR INTERNO



PARINTINS

CAMARA MUNICIPAL

DOCUMENTO DATADO AUTOMATICAMENTE: PARINTINS/AM, 23.08.2024 - 12:21:27 - DIELSON CANTO BRELAZ - CONTROLADOR INTERNO

- s) Foi certificada a existência do **DESPACHO DECLARATÓRIO** emitido pela Presidência ao Presidente da Comissão de Licitação por cabíveis;
- t) Foi certificada a existência do **EDITAL DE LICITAÇÃO** com anexos, concernentes ao que prevê a legislação em vigor, pelo setor jurídico atendendo os requisitos legais, de acordo com o Artigo 25º, da Lei Federal nº 14.133/2021, em consonância com o Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP e Artigo 21, inciso VIII, do Decreto Federal nº 3.555/2000;
- u) Verificou-se nos autos que a convocação dos interessados foi efetuada por meio de publicação de **AVISO DE LICITAÇÃO** em diário oficial assinado na data de 21 de junho de 2024, o Aviso de Licitação do Pregão Eletrônico nº 009/2024 publicado no **PORTAL DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO AMAPÁ**, <https://www.diariomunicipalaam.org.br/>, edição nº 3660, de julho de 2024, conforme estabelecido no Artigo 17º, inciso II, Artigo 53º, § 1º e 2º e Artigo 174º, da Lei Federal nº 14.133/2021 em consonância com o Art. 21, inciso XII, do Decreto Federal nº 3.555/2000;
- v) Foi certificada a existência da **CERTIDÃO DE PUBLICIDADE** expedida pela Presidência-GP, comprovando sua afixação no quadro de avisos da Câmara Municipal de Parintins de acordo com o Artigo 54º, § 1º e 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- w) Verificou-se nos autos que a convocação dos interessados, concluída e efetuada por meio de publicação de Aviso de Licitação e disponibilização da Licitação no **PORTAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS**, <https://transparenciamunicipalaam.org.br/p/parintins-camara/t/procedimentos-licitatorios>, na data de 25 de julho de 2024, e Mural de publicação da Licitação Municipal de Parintins, de acordo com o Artigo 17º, inciso II, Artigo 53º, § 1º e 2º e Artigo 174º, da Lei Federal nº 14.133/2021 em consonância com o Art. 21, inciso XII, do Decreto Federal nº 3.555/2000.
- x) Verificou-se nos autos que a convocação dos interessados, concluída e efetuada por meio de publicação de Aviso de Licitação e disponibilização da Licitação no **PORTAL LICITANET**, na data de 21 de junho de 2024, de acordo com o Artigo 17º, inciso II, Artigo 53º, § 3º, Artigo 54º, § 1º e 2º e Artigo 174º, da Lei Federal nº 14.133/2021 em consonância com o Art. 21, inciso XII, do Decreto Federal nº 3.555/2000.
- y) Verificou-se nos autos que a convocação dos interessados, concluída e efetuada por meio de publicação de Aviso de Licitação e disponibilização da Licitação no **PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP)**, na data de 21 de junho de 2024, de acordo com o Artigo 17º, inciso II, Artigo 53º, § 3º, Artigo 54º, § 1º e 2º e Artigo 174º, da Lei Federal nº 14.133/2021 em consonância com o Art. 21, inciso XII, do Decreto Federal nº 3.555/2000.



PARINTINS

CAMARA MUNICIPAL



z) Foi certificada a existência dos **RELATÓRIOS DE ATA FINAL** da(s) licitante(s), de acordo com o estabelecido no Artigo 17º, § 2º e 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo:

I – Ata de Realização do Pregão Eletrônico – Completo;

aa) Foi certificada a existência da **APRESENTAÇÃO DA PROPOSTAS DE PREÇOS** da(s) licitante(s), de acordo com o estabelecido no Artigo 17º, inciso III, Artigo 55 e Artigo 56, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo:

✓ Licitante 1: **H F PICANÇO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. **10.669.402/0001-37**

I – Proposta Comercial Apresentada;

II – Proposta Inicial do Fornecedor;

✓ Do edital: Item 3.4 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- **DECLARAÇÃO** que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como **de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, de acordo com o Item 3.4.1. do referido edital.

- **DECLARAÇÃO** que **não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno**, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição, de acordo com o Item 3.4.2. do referido edital.

- **DECLARAÇÃO** que **não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado**, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, de acordo com o Item 3.4.3. do referido edital.

- **DECLARAÇÃO** que **cumpr**e as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, de acordo com o Item 3.4.4. do referido edital.

✓ Do edital: Item 3.6 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- **DECLARAÇÃO** que o **fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte** ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021, de acordo com o Item 3.6. do referido edital.

bb) **DECLARAÇÃO ÚNICA** do Pregão Eletrônico.

DOCUMENTO DATADO AUTOMATICAMENTE: PARINTINS/AM, 23.08.2024 - 12:21:27 - DIELSON CANTO BRELAZ - CONTROLADOR INTERNO



PARINTINS

CAMARA MUNICIPAL



DOCUMENTO DATADO AUTOMATICAMENTE: PARINTINS/AM, 23.08.2024 - 12:21:27- DIELSON CANTO BRELAZ - CONTROLADOR INTERNO

cc) Da **FASE DE JULGAMENTO**, e de acordo com o item 6.1 do edital, foi verificada se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.13 do edital, especialmente quanto à **EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO**, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

dd) Da **FASE DE HABILITAÇÃO**, de acordo com o item 7 do edital, fase em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos Artigos 62º ao 70º da Lei nº 14.133/2021, sendo:

- I – jurídica (Artigo 66º);
- II – técnica (Artigo 67º);
- III – fiscal, social e trabalhista (Artigo 68º);
- IV – econômico-financeira (Artigo 69º).

Licitante 1: **H F PICAÑO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. **10.669.402/0001-37**

✓ Do edital: Item 7 - DA FASE DE HABILITAÇÃO:

- **DECLARAÇÃO** sob pena de desclassificação, de que **suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, de acordo com o Item 7.8. do referido edital. (**AUSENTE**)

I. Quanto à **HABILITAÇÃO JURÍDICA**, Anexo I – Termo de Referência, sendo:

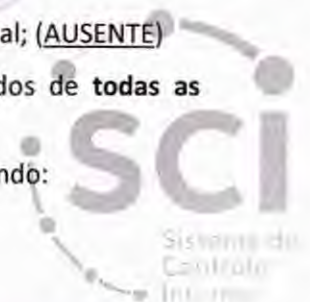
Item 8.10. **Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente** que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Item 8.11. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Item 8.21. **Certidão Simplificada** e Específica emitida pela junta comercial; (**AUSENTE**)

Item 8.22. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de **todas as alterações ou da consolidação respectiva**.

II. Quanto à **HABILITAÇÃO TÉCNICA**, Anexo I – Termo de Referência, sendo:





Item 8.23. **Declaração** de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; (AUSENTE)

Item 8.25. Comprovação de aptidão para o fornecimento equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de **certidões ou atestados**, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Item 8.28. Os **atestados de capacidade técnica** poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante

III. Quanto à **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**, Anexo I – Termo de Referência, sendo:

Item 8.29. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Item 8.30. Prova de inscrição no **cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; (INVALIDA PARA O CERTAME)

Item 8.31. **Alvará de Funcionamento** da empresa licitante.

Item 8.32. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Item 8.33. Prova de regularidade fiscal com a **Fazenda Estadual e/ou Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Item 8.34. Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

Item 8.34. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Item 8.19. **Declaração** de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002. (AUSENTE)

IV. Quanto à **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, Anexo I – Termo de Referência, sendo:





Item 8.39. **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Item 8.40. **Balanço patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis (termo de abertura e encerramento do livro diário, notas explicativas, termo de autenticação do livro diário) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: (BALANÇOS SEM O DEVIDO REGISTRO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO).

Item 8.41. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG), Índice de Liquidez Seca (ILS), Índice de Endividamento Geral (IEG), Índice de Liquidez Imediata (ILI) e Índice de Imobilização do Patrimônio Líquido (IIPL) superiores a 1 (um);

ee) Consta nos autos o **DESPACHO** expedido pela Pregoeira Titular, de acordo com o estabelecido no Artigo 71º, inciso I, II, III e IV da Lei nº 14.133/2021;

ff) Consta nos autos a **DECISÃO** expedida pela Presidência e o Extrato da Decisão e suas publicações de acordo com o estabelecido no Artigo 71º, inciso I, II, III e IV da Lei nº 14.133/2021;

gg) Consta nos autos a **CERTIDÃO DE PUBLICIDADE** expedida pela Chefia do Gabinete da Presidência-CGP, comprovando sua afixação no quadro de avisos da Câmara Municipal de Parintins de acordo com o Artigo 54º, § 1º e 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

4.2. Observou-se que a Pregoeira e a equipe de apoio designada da Comissão de Licitação adotaram as seguintes Leis para embasamento licitatório:

a) A modalidade adotada no processo licitatório foi a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO para SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, devendo observar as normas e procedimentos contidos nos termos previstos nas Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 3.555/2000, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP, Lei Complementar nº 004/2008-PGMP (institui o tratamento diferenciado), Lei Complementar nº 007/2010-PGMP (regulamenta o tratamento diferenciado) e Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078/1990, e demais normas pertinentes

5. DA PUBLICAÇÃO E PRAZOS

5.1. Foi certificada a existência do **AVISO DE LICITAÇÃO** e suas publicações, conforme estabelecido no Artigo 17º, inciso II, Artigo 53º, § 3º, Artigo 54º, § 1º e 2º e Artigo 174º, da Lei Federal nº 14.133/2021, em consonância com o Artigos 148º, do Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP e Artigo 21, inciso XII, do Decreto Federal nº 3.555/2000;

5.2. Com relação aos prazos que se refere à modalidade adotada, entre a publicação do(s) aviso(s) e abertura do certame foi cumprido o prazo de **10 (DEZ) DIAS ÚTEIS**, contado a partir da publicação do aviso, conforme estabelecido no Artigo 55º, inciso II, alínea a), da Lei Federal nº 14.133/2021.



6. DO JULGAMENTO

- 6.1. No que tange aos julgamentos dos preços e documentos de habilitação, diversas anormalidades foram observadas, os preços estão dentro da média, os documentos de habilitação não estão regularmente adequados às exigências do Edital.

7. DOS FATOS

- 7.1. Este Órgão de Controle Interno, em suas considerações, faz saber que, após exames detalhados dos atos procedimentais pela Pregoeira e equipe de Apoio da Comissão de Licitação, conclui-se, que nenhuma irregularidade foi levantada, entendendo que o procedimento realizado está de acordo com a legislação vigente.

8. DA CONCLUSAO

- 8.1. Conclui-se que, a Pregoeira e a Equipe de Apoio da Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Parintins, atenderam os requisitos das leis nas atividades realizadas, e sem nenhuma anormalidade, nota-se, que o procedimento licitatório não cumpriu seu objetivo, não tendo alcançado seu êxito na contratação;
- 8.2. Após o exame criterioso dos itens que compõem todo procedimento licitatório inicial e em consonância as constatações de ausências documentais atestadas pela Pregoeira e Equipe de Apoio, e considerando ainda os Pareceres Jurídicos Prévio, exarado pela Assessoria Jurídica desta Casa Legislativa, quanto à regularidade do certame, entendendo que o mesmo está de acordo com a legislação vigente;
- 8.3. Esta Controladoria se posiciona com **PARECER DESFAVORÁVEL**, ao atestar a veracidade da ausência de documentos - itens necessários - das *fases e formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento e publicidade, estando INAPTO a gerar despesas para a municipalidade;*
- 8.4. Sendo estas as considerações finais, retoma-se os autos à Comissão de Licitação - CL para que os conduza ao setor competente e que procedam com os devidos procedimentos necessários.

É o parecer da Unidade de Controle Interno, Salvo Melhor Juízo.

Parintins/AM, 23 de agosto de 2024.



DIELSON CANTO BRELAZ
Controlador Interno

Controladoria Interna da Câmara Municipal de Parintins
Portaria nº 014 /2019-CMP

